

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2017
(Do Senhor GONZAGA PATRIOTA)

Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a preferência na execução de obras e serviços de engenharia nos casos que especifica.

Art. 2º. O inciso II do artigo 17-A da Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17-A.

I -

II – *cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante, e executar preferencialmente obras e serviços de engenharia, sem necessidade de licitação pública, nos seguintes casos:*

a) *obras acima de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) paralisadas, abandonadas ou em atraso superior a um ano;*

b) *obras de infraestrutura rodoviária, ferroviária, metroviária, hidrovária, portos e aeroportos acima de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);*

c) *obras de geração e transmissão de energia, incluindo mas não limitado a hidroelétricas, termelétricas, termonucleares, usinas eólicas e fotovoltaicas, acima de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)*

d) *quaisquer obras públicas acima de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). (NR)”.*

Art. 3º. Cabe ao Poder Executivo Federal destinar os recursos financeiros necessários para que o Exército cumpra suas novas atribuições, incluindo o treinamento dos jovens cidadãos incorporados ao Exército com a finalidade de formar soldados especialistas para a execução das obras e serviços de engenharia.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICATIVA

A Operação Lava-Jato demonstrou que o cartel das grandes empreiteiras é o principal entrave ao desenvolvimento do Brasil porque impede a construção de uma infraestrutura nacional básica. Aliada a corrupção em larga escala, ao superfaturamento de obras públicas e a tática do atraso para exigir reajustes e aditivos absurdos, esse cartel se locupletou com o dinheiro público às custas da miséria de toda uma Nação. Desvendado o esquema, ao invés de extingui-lo, o Poder Público continua repassando as grandes obras públicas às mesmas empreiteiras, afirmando que não há outra opção. Não se pode fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes. Não se pode confiar que os mesmos políticos e as mesmas empreiteiras corruptas façam agora, como que por um milagre, a coisa certa. Por isso, esse projeto propõe entregar ao Exército a execução das grandes obras e serviços de engenharia tão essenciais à infraestrutura e, conseqüentemente, ao desenvolvimento nacional.

O Exército possui grande experiência em construção, ampliação, reforma, adaptação, reestruturação e conservação de obras em todo o território nacional, empregando as mais avançadas tecnologias da área de infraestrutura. A história da engenharia do Exército remonta ao século XVIII, quando foi inaugurada a primeira escola de engenharia das Américas e a terceira do mundo: a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho; berço do Instituto Militar de Engenharia (IME) e demais escolas politécnicas, faculdades e institutos tecnológicos. No século seguinte, o batalhão de engenheiros já era empregado na construção de estradas de ferro, linhas telegráficas e outras obras consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Nos dias de hoje, há inúmeros exemplos em que o Exército assume uma obra paralisada pelas empreiteiras, termina antes do prazo e ainda devolve dinheiro aos cofres públicos, como ocorreu na ampliação do aeroporto de Guarulhos.

Na verdade, o Exército hoje já é uma das maiores empreiteiras do país, construindo mais de 745 quilômetros de rodovias federais – como a duplicação da BR-101 no Nordeste, a pavimentação da BR-163 no Pará e da BR-319 no Amazonas – aeroportos – como o de São Gonçalo e de Guarulhos – gasodutos e até a transposição do Rio São Francisco. No total são 80 grandes obras, a maioria do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do Governo Federal. Os militares já receberam mais de R\$ 2 bilhões nos últimos três anos

para executar obras prioritárias que estavam tendo problemas para serem tocadas pela iniciativa privada. Ou seja, o governo paga um preço superfaturado, sofre com a tática do atraso das empreiteiras, paga aditivos absurdos e depois ainda tem que solicitar que o Exército termine essas obras tão importantes para o desenvolvimento do país.

Há ainda que se considerado o caráter profissionalizante para o Exército e até mesmo o caráter social de sua atuação. Profissionalizante porque a melhor forma de treinar uma tropa de engenharia em tempos de paz é justamente por meio da construção de obras públicas, atendendo as necessidades do Estado e da sociedade brasileira. Social porque o Exército é uma grande escola profissionalizante. No auge das obras, 12 mil soldados atuaram na construção civil para o governo. São pedreiros, carpinteiros, serralheiros, vidraceiros, pintores e etc. que aprenderam seus ofícios dentro da corporação. Essa é a possibilidade de milhares de jovens cidadãos incorporados ao Exército de saírem da corporação já com uma profissão e, assim, aumentarem suas chances de emprego no mercado de trabalho privado.

É sabido que a principal missão constitucional do Exército é defender a pátria e que a cooperação com o desenvolvimento nacional por meio da execução de obras e serviços de engenharia é a apenas uma ação subsidiária. Entretanto, diante desse contexto de corrupção endêmica e do fato de o governo já repassar as importantes obras problemáticas para os militares, é necessário consolidar o papel de empreiteiro do Exército, não mais esperando que as grandes obras nacionais sejam paralisadas após anos de atraso e superfaturamento, mas propiciando os meios e os recursos financeiros necessários para que o Exército possa cumprir prioritariamente essa função com eficiência, presteza e, principalmente, honestidade. Assim, esse projeto vem ao encontro da necessidade da sociedade brasileira de terminar essa relação espúria entre governos e empreiteiras, propiciando a construção da infraestrutura básica que nossa Nação tanto precisa para seu desenvolvimento econômico.

Sala das Sessões, em de novembro de 2017.

Deputado Federal GONZAGA PATRIOTA – PSB/PE